

Área temática: J. **Meio ambiente e desenvolvimento sustentável**

**Mari Aparecida Bortoli.** Bolsista PNPd/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social – PUCRS. E-mail [mari.bortoli@pucrs.br](mailto:mari.bortoli@pucrs.br)

**Carlos Nelson dos Reis.** Professor Titular no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Economia – PUCRS. E-mail [cnelson@pucrs.br](mailto:cnelson@pucrs.br)

**CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE GRAVATAÍ//RS<sup>1</sup>:** notas para uma contribuição à discussão sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável

**Resumo:** Neste texto, apresentam-se as experiências de organização dos catadores de materiais recicláveis, a partir da pesquisa de campo realizada em Gravataí/RS. Ele está dividido em três partes. Na primeira, destacam-se as condições de vida dos trabalhadores que realizam a coleta de materiais recicláveis na cidade. Na segunda e terceira partes, apresentam-se elementos pertinentes às relações forjadas nos processos de organização dos catadores como associados ou cooperativados, bem como as tecnologias produzidas e acessadas para a realização da coleta de materiais recicláveis. De modo geral, a pesquisa revela as relações entre as tecnologias e as formas de sociabilidade, evidenciando o meio ambiente e a sustentabilidade como aspectos importantes e, por vezes, implicados diretamente com os processos de organização socioeconômica do segmento de catadores de materiais recicláveis.

Palavras-Chave: Catadores, Materiais recicláveis, Gravataí/RS.

## **Introdução**

As transformações sociais e econômicas ocorridas no Brasil, a partir da década de 90, podem ser compreendidas através da terceira onda de transformação produtiva e das redefinições do papel do Estado, que provocaram um conjunto de modificações econômicas e sociais, afetando vários setores da sociedade, principalmente, os setores populares e não incluídos no mercado formal de trabalho. Nesse movimento, além de se agudizarem as

---

<sup>1</sup> A análise, ora apresentada, é resultado de pesquisa realizada para fins de elaboração de tese de doutoramento junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Para apresentar as experiências de organização social e econômica do segmento de catadores de materiais recicláveis recorreu-se a diversas fontes. Em primeiro lugar a documentos elaborados no interior do MNCR, como cartilhas, orientações e organogramas, publicados na internet e outros documentos, disponibilizados pelo MNCR/RS e pela Prefeitura Municipal de Gravataí, tais como diagnósticos, relatórios e contratos. Em segundo lugar, trabalhos acadêmicos e artigos voltados ao tema. Por último, com maior intensidade, depoimentos de catadores colhidos em entrevistas, reuniões e eventos. Ressalta-se que a referida pesquisa foi realizada entre os anos de 2010 e 2011, no Município de Gravataí/RS e cumpriu todos os requisitos científicos e éticos.

condições de trabalho e as sociabilidades de grande parcela da população, criaram-se maiores dificuldades de inserção para aqueles que já se encontravam excluídos do trabalho formal.

A partir de transformações no mercado de trabalho, com a afirmação de novos processos de produção, gestão e acumulação capitalista, alteraram-se também as relações de trabalho, com o conseqüente aumento do desemprego e das desigualdades sociais. Essas transformações produziram novas demandas societárias e a multiplicação de estratégias individuais e coletivas de sobrevivência, nas quais parcela da População Economicamente Ativa excluída dos postos formais de trabalho desenvolveu novas formas de organização do trabalho e da produção, para a geração de trabalho e renda e de inserção produtiva. Muitas dessas formas são instauradas a partir de práticas e discursos voltados ao meio ambiente e a sustentabilidade, elementos fundamentais para a elaboração e desenvolvimento de suas ações.

Deste modo, estrutura-se o presente artigo visando participar do debate a acerca da sessão temática meio ambiente e desenvolvimento sustentável a partir da apresentação das experiências de organização social e econômica do segmento de catadores de materiais recicláveis segmentos. Para tanto, num primeiro momento se faz uma aproximação às principais características das condições de vida daqueles que atuam na coleta seletiva na cidade de Gravataí. No segundo e terceiro momentos, desenvolve-se os elementos pertinentes às relações forjadas nos processos de organização dos catadores como associados ou cooperativados, bem como as tecnologias produzidas e acessadas para a realização do trabalho de coleta de materiais recicláveis. E, por fim, se faz algumas considerações finais.

## **1 – As condições de vida e de trabalho dos catadores de materiais recicláveis**

Em Gravataí, a população de catadores de materiais recicláveis é de mais de 3 mil, segundo as estimativas do MNCR/RS<sup>2</sup>. Determinar o número de catadores nas cidades não é tarefa fácil. Eles não estão dentro das indústrias de reciclagem, local de processamento e transformação dos materiais recicláveis, tampouco estão dentro dos galpões de triagem, espaços privilegiados para garantir a invisibilidade da ocupação e do catador. Como em tantas outras cidades do Brasil ou do mundo, os catadores estão nas ruas, catando materiais recicláveis. Alguns se organizam por intermédio de associações e cooperativas, mas, de modo

---

<sup>2</sup> Esse número pode chegar a 5 mil segundo as estimativas da ONU. Para esta organização, 2% da população das cidades da América Latina e da Ásia constituem-se de catadores materiais recicláveis (DIAS, 2009).

geral, desenvolvem a atividade de coleta sem vínculos e arremetem aos intermediários<sup>3</sup> o resultado diário do seu trabalho.

No que se refere à sua produção e à sua reprodução, esses trabalhadores protagonizam a condição de catadores, trabalhadores que atuam na coleta de materiais recicláveis como fonte da subsistência própria e dos seus familiares. São trabalhadores não assalariados, mas que cumprem papel decisivo para a indústria da reciclagem, sem, no entanto, serem partícipes desse processo industrial. Todavia, sua atividade relacionada à limpeza urbana lhes garante o desempenho de um importante papel para os poderes públicos municipais que, ao contratarem as associações ou cooperativas de catadores para a prestação de serviços, tornam esses trabalhadores partícipes da coleta seletiva urbana. Na realidade, eles se encontram em um contingente de população que trabalha na condição de terceirizados. Na informalidade ou não, relacionados imediatamente com a dinâmica da produção, suas práticas ultrapassam os espaços das empresas, como requer a reorganização econômica e social encarregada de atualizar formas tradicionais de subordinação (MOTA e AMARAL, 2006).

Longe de restringir esses trabalhadores às referidas formas, cabe lembrar outros segmentos sociais que compartilham condições semelhantes, englobando atividades isoladas e outras que agrupam pessoas que não têm seus direitos como trabalhadores assegurados e que, portanto, têm seus processos mediados por condições sociais presentes na realidade e, por vezes, por ações públicas realizadas a partir de políticas de inclusão social e econômica. Todavia, por ter somadas essas “duas dimensões de um mesmo movimento levadas a efeito pelo mercado e pelo agenciamento do Estado” (MOTA, 2002, p. 20), a ocupação de catador de materiais recicláveis se tornou reconhecida oficialmente. Se, de um lado, avalia-se que o trabalho de coleta e os processos a ele correspondentes são mediados pela intervenção estatal e pela recomposição política da subalternidade dos trabalhadores (MOTA, 2002), de outro, a organização nacional dos catadores avalia a oficialização da ocupação relacionada à importância do trabalho do catador para cadeia da reciclagem; reconhece, porém, que o catador vive na miséria (MNCR, 2010b).

De fato, as experiências em torno da organização socioeconômica dos catadores de materiais recicláveis envolvem relações complexas: a ocupação se expande entre os grupos pobres e miseráveis os quais se tornam trabalhadores da coleta seletiva urbana. Nesse contexto, os catadores, antes de tudo, vão buscar atender suas necessidades de habitação,

---

<sup>3</sup> Trata-se de compradores dos materiais coletados pelos catadores nas ruas. Esses intermediários se estabelecem em pequenos depósitos, às vezes, nos próprios domicílios, onde negociam com catadores para posterior fornecimento de materiais recicláveis aos grandes compradores.

saúde, assistência social, organizados como movimento social, além de reivindicarem a implementação de políticas de inclusão social e econômica diante da possibilidade de os poderes públicos municipais contratarem as associações e cooperativas de catadores para prestação de serviços de coleta seletiva.

Antes, porém, de discutir como se dá o processo de inserção dos catadores, considerando a efetivação de políticas sociais que englobam os programas de contratação das cooperativas e a organização do coletivo, é preciso saber quem são e como vivem esses trabalhadores, visto que suas características dão bases às ações desenvolvidas no âmbito das políticas de inclusão socioeconômica<sup>4</sup>.

De imediato pode-se afirmar que os catadores são trabalhadores cujas condições de vida estão relacionadas ao fato de viverem na informalidade, organizados ou não, e de viverem do lixo, em situação de pobreza e pauperização. Muitas vezes, a imagem de homens, mulheres e crianças sobre um lixão, competindo pelos restos que darão substância à sua subsistência, tem sido utilizada para sensibilizar a população e compõe um item importante do mercado de imagens, cujas finalidades servem a diversos interesses. Se, para determinados ambientes, é importante produzir essa imagem, associando o catador ao ícone da degradação humana, para o próprio catador, ela representa o lugar de onde ele quer sair sem, no entanto, deixar de viver dos materiais recicláveis encontrados no lixo<sup>5</sup>.

Diante dessas condições, porém, o trabalho de coleta de materiais recicláveis é aceito pelo Estado, respaldado pelas empresas e útil para toda sociedade, culminando como uma *alternativa* ao crescente desemprego e à preservação ambiental e, também, como *objeto* de políticas de geração de trabalho e renda. A vivência dessas condições vai tecer experiências particulares de vida e trabalho para o segmento de catadores de materiais recicláveis.

Assim, nesse primeiro momento, busca-se dizer quem são e como vivem os catadores de materiais recicláveis de Gravataí/RS<sup>6</sup>. Na sequência são apresentadas algumas características dessa população incluindo idades, gêneros, assim como aspectos da composição e dos modos de organização familiar em relação ao trabalho, além de

---

<sup>4</sup> Parte das ações dirigidas aos catadores de materiais recicláveis é articulada pelo CIISC. Em 2010, por meio do Decreto nº 7.405, o CIISC passou a ser denominado Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis e passou a ser coordenado pelo MDS e pelo MMA, conforme consta na Portaria Interministerial nº 265 de 2010.

<sup>5</sup> Cabe sublinhar o documentário Estamira, de Marcos Prado (2006) e destacar o documentário Lixo Extraordinário, de Lucy Walker et. al. (2009).

<sup>6</sup> Para esta pesquisa, cabe repetir, foram realizadas 150 entrevistas estruturadas, com utilização de formulários dirigidos aos catadores de materiais recicláveis. Com 10 destes catadores, também foram realizadas entrevistas semiestruturadas, com uso de um roteiro. Além disso, foram feitas observações em reuniões, seminários, assembleias e em outros eventos organizados para ou pelos catadores.

informações sobre os rendimentos provenientes da coleta de materiais recicláveis. Posteriormente, são apresentados os dados sobre as condições de vida desta população, incluindo elementos associados às diferentes dimensões como moradia, saúde, escolaridade, entre outras. A análise dessas características e condições de vida é pertinente para dar visibilidade às relações que se estabelecem entre esses sujeitos. A particularidade das experiências e dos modos de vida dos catadores de Gravataí permite problematizar as formas de sociabilidade que se constituem nos processos em que eles estão inseridos, bem como as tecnologias das quais lançam mão para a realização das atividades de coleta.

Em geral, a população de catadores entrevistada se caracteriza como de adulto-jovens, com uma média de idade de 38 anos; 84% deles têm mais de 26 anos. Entre os entrevistados, 61,3% se constituem por mulheres, demarcando o aumento destas no desenvolvimento da atividade de coleta. Segundo as lideranças do MNCR/RS, essa situação mudou marcadamente nos últimos anos. Em uma situação de apreciação dos dados da pesquisa, uma liderança observou: *Como mudou! Há pouco mais de dois anos a maioria era de homens*<sup>7</sup>.

Assim como se destaca o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta, também se identifica que algumas delas estão nessa atividade há muito tempo, pois a ocupação não é recente na cidade: *Atuo na catação e triagem há mais de dezessete anos*<sup>8</sup>; *Eu tenho mais de trinta anos na catação*<sup>9</sup>. Também há mulheres que já trabalhavam como catadoras em outras localidades e por isso estão nessa atividade em Gravataí há mais tempo.

A condição feminina no trabalho também implica a organização do espaço doméstico em função dos cuidados com os filhos. Para elas, a situação é bastante difícil, pois, durante o tempo que se dedicam ao trabalho, não têm possibilidade de delegar o cuidado dos filhos a terceiros. Diante dessa realidade, relatam que o trabalho na coleta facilita, pois podem levar os filhos à escola e estar em casa quando eles regressam para as refeições. Para dar conta de trabalhar e cuidar dos filhos, elas saem dos bairros onde residem em pequenos grupos, em torno das quatro horas da manhã, e retornam próximo do horário de levar os filhos para a escola. Para algumas, essa é a única *viagem*; para outras, o final da tarde, quando as crianças já estão em casa, é hora de voltar para a rua para a segunda *viagem* do dia. Como se pode

---

<sup>7</sup> Catador de 26 anos, representante estadual e militante ativo do MNCR, participou de diversos eventos nacionais e internacionais.

<sup>8</sup> Catadora de 48 anos, cooperada, atua na unidade de triagem e participa de atividades relativas aos grupos organizados. Já trabalhou como cuidadora de pessoas com sofrimento psíquico.

<sup>9</sup> Catadora com 53 anos, cooperativada, moradora da Vila Pontilhão; exerce liderança entre os catadores. Excluída do sistema educativo formal antes de concluir a 4ª série.

perceber, o aumento do número de mulheres nas atividades de coleta está relacionado à associação do trabalho com a vida familiar.

O trabalho das mulheres na coleta de materiais recicláveis tem muitas facetas. Além de determinadas normas de gênero como capacidade para decifrar “os diversos materiais através do toque, do olhar e do cheiro” (RIBEIRO, 2011), o trabalho de mulheres está relacionado ao aumento da pobreza e à extrema precarização das condições sociais dos sujeitos. Os depoimentos revelam a inserção no trabalho de coleta motivada pela necessidade; entretanto, a inserção nos grupos organizados é limitada devido ao preconceito e ao machismo: *Acho que eles pensam que somos burras. Não reconhecem que as mulheres também são capazes. Se a gente é capaz de coordenar a família, a gente é capaz de muita coisa. Os homens se preocupam em serem orientados por mulheres*<sup>10</sup>.

Esse depoimento expõe as situações vividas pelas mulheres na realização do trabalho de coleta, semelhantes às relações históricas nas quais elas têm sido submetidas ao trabalho precário. Observou-se que, na organização local, realizam o trabalho tanto nas ruas quanto nas unidades de triagem, mas não existem mulheres na representação política do segmento. Desse modo, podem-se constatar outras desigualdades se perpetuando no interior da própria organização.

Além de constituírem a maioria no desenvolvimento do trabalho de coleta, as mulheres também são maioria na chefia dos lares. Dentre os entrevistados, 61,3% são mulheres, chefes de família, responsáveis pelo provimento de condições de subsistência para seus grupos familiares, os quais 34% são compostos por 3 a 5 pessoas.

As situações das pessoas que compõem os grupos familiares são diversificadas. Observou-se que muitas famílias acolhem familiares que não ingressaram no mercado de trabalho formal, ou que estão desempregados e também aqueles que desenvolvem outras atividades informais concomitantemente, as quais, porém, não lhes garantem a constituição do seu próprio grupo familiar. Desse modo, pode ser constatada a presença de filhos na fase adulta que saíram de casa em busca de trabalho e, por não se inserirem no mercado formal, tiveram de regressar, assim como outras pessoas com vínculo de parentesco ou não. Também é comum o acolhimento de pessoas pelo fato de desenvolverem a mesma atividade, no caso, a coleta de materiais recicláveis. Isso demarca uma solidariedade forjada pela condição comum em que esses se encontram, qual seja: de desemprego. De certo modo, diante do desemprego, o grupo familiar é encarregado de dar conta das condições de subsistência dos seus membros.

---

<sup>10</sup> Idem.

Observa-se, também, que a realização da coleta de materiais recicláveis tem muito a ver com o trabalho empregado pelo grupo familiar. Ainda que as crianças não participem da coleta realizada nas ruas da cidade, elas desenvolvem atividades de triagem e de separação dos materiais recicláveis, realizadas nos quintais das próprias casas. Na realidade, o trabalho de coleta, e, principalmente, o de seleção, envolve todas as pessoas que vivem no domicílio. Assim, os rendimentos que para 42,7% dos entrevistados variam entre R\$ 300,00 a R\$ 600,00/mês não são determinados somente pelo número de pessoas que catam na família, mas pelo tempo de trabalho dedicado à catação, pelos locais onde a coleta é realizada, pelo domínio técnico que permite o reconhecimento de materiais com maior ou menor valor, entre outras variáveis.

Consideradas as características da população de catadores de materiais recicláveis de Gravataí/RS, na sequência são apresentados aspectos relacionados às suas condições de vida. A análise dos dados mostra que a grande maioria dos catadores entrevistados, 87,3%, vive na cidade há mais de cinco anos e que 68,7% são de origem urbana. A configuração atual do município condiz com essa realidade, pois dos 255.660 habitantes, 243.497 vivem no espaço urbano (IBGE, 2010). Entretanto, essa concentração urbana contribui para o aumento da demanda e, conseqüentemente, para a valorização da moradia, tornando-a quase impossível para as pessoas pobres.

Além disso, se as expectativas de emprego geradas pelo aumento do número de indústrias, de um lado, atraem populações de outros municípios, de outro, contribuem ainda mais para aumentar a demanda e encarecer a moradia. 94,7% dos catadores entrevistados são provenientes de outras cidades do Estado e moram em bairros e áreas afastadas do centro de Gravataí. Submetidos ao pagamento de aluguéis de menor preço, por vezes, os catadores declaram que são explorados por estelionatários que tanto vendem quanto locam casas construídas em áreas públicas: *Comprei essa casa e pago R\$ 200,00 por mês, mas não tenho os documentos porque o terreno é da Prefeitura*<sup>11</sup>.

Situações como essa foram constatadas quando se indagava sobre as condições de moradia dessa população. Observa-se que os catadores, com muita frequência, moram em áreas de ocupação irregular, nas proximidades de fronteiras com áreas loteadas ou de preservação ambiental, mas, principalmente, nos bairros com menos condições de habitabilidade. De modo geral, o que se observa nos bairros é que o poder público é alheio à criação de condições mínimas de habitabilidade para essas populações. Essas situações levam

---

<sup>11</sup> Catador de 40 anos que reside próximo ao Bairro Rincão da Madalena, em área de preservação ambiental. O comentário foi feito na ocasião das entrevistas estruturadas.

os moradores a recorrem às suas próprias soluções: “compram” os lotes de estelionatários, “emprestam” água dos moradores dos bairros vizinhos através de encanamentos clandestinos, às vezes, feitos por dentro de valas e esgotos, entre *alternativas* possíveis para a garantia de condições mínimas de vida.

Durante as entrevistas, foi possível observar que as casas são, muitas vezes, construídas próximas às áreas regularizadas e à rede regular de iluminação elétrica, o que facilita a realização das instalações irregulares. Do total de residências, 52,7% utilizam iluminação elétrica irregular. As figuras abaixo são exemplos da construção dos domicílios junto à rede de alta tensão e de ligações irregulares.

Com o abastecimento de água, a situação é semelhante: 55,3% informam não contar com esse serviço. No entanto, pode-se observar que o acesso à água é possibilitado através de encanamentos produzidos pelos próprios catadores, com mangueiras e outros canos de plástico que, inclusive, tornam visíveis a irregularidade do serviço e a precariedade do acesso. Algumas vezes, a água é proveniente da rede geral, outras vezes, de poços abertos na terra.

O esgotamento sanitário é a céu aberto em 73,3% das residências e 80,7% dos entrevistados declaram a existência de banheiro em suas casas. O que também se observou, em alguns casos, foi a existência apenas de sanitários, ou seja, um local, coberto ou não, que dispõe de vaso sanitário ou buraco para dejeções.

Cabe destacar, no tocante às condições de habitabilidade, que os serviços de água, luz e esgoto, embora constituam necessidades básicas, portanto, direitos de todos, geram taxas. Assim, para esse estrato da população, considerando a renda que consegue obter com o trabalho de coleta, o acesso a esses serviços gera um problema impossível de resolver: o do pagamento das taxas geradas no acesso aos serviços regulares. As limitadas condições de habitabilidade, de modo geral, acentuam-se quando os trabalhadores se ocupam com a coleta de materiais recicláveis, que, muitas vezes, exige que os materiais sejam triados e classificados nos quintais e pátios das próprias residências.

O trabalho de coleta, associado ao tipo de construção e à ausência de condições sanitárias, como acesso à água encanada e ao esgotamento, tornam essa população vulnerável a doenças e a sérios problemas de saúde. Todavia, esses trabalhadores se submetem a condições insalubres, visto que suas atividades, na maioria das vezes, são realizadas a céu aberto. Os entrevistados destacam problemas como pressão alta e complicações respiratórias e reumáticas, os quais muitas vezes inviabilizam o trabalho que exige força e exposição a intempéries. Mesmo para os catadores organizados, os cuidados com a saúde são adiados em



função das exigências do trabalho: *Na cooperativa, se eu não trabalho, eu não recebo; assim, não posso tratar dos meus problemas de saúde*<sup>12</sup>.

Problemas cardíacos, de diabetes e HIV também foram declarados pelos entrevistados, além de problemas de coluna, pressão baixa, depressão, nervos, varizes e “inflamatório”, classificados como *outros*. Este é o item de maior ocorrência de problemas de saúde, declarado por 58,0% dos entrevistados.

As declarações de doenças foram dirigidas aos itens do instrumento de coleta de dados utilizado nesta pesquisa. Entretanto, a partir da observação realizada durante a aplicação do referido instrumento e da participação em diferentes atividades dirigidas ou organizadas pelos catadores (oficinas, reuniões e encontros) e em decorrência da aproximação à realidade desses trabalhadores, pode-se perceber que o uso de álcool e de outras drogas, figura como importante questão no que diz respeito à saúde. É possível observar o uso de álcool entre os homens, mas também entre as mulheres; o uso de medicamentos psicoativos como calmantes e antidepressivos, principalmente entre mulheres, além do uso de outras drogas entre homens, mulheres e crianças.

Quanto à escolaridade dos entrevistados, a maioria não concluiu o ensino fundamental. Compõem essa população alguns que nunca frequentaram a escola e outros que não concluíram o ensino primário. O interesse de retorno ao ensino formal é manifestado por exatamente a metade dos entrevistados. Durante as entrevistas, uma catadora questiona: *Você sabe por que alguém é catador? Porque não estudou e não sabe fazer outras coisas*<sup>13</sup>.

Na realidade, o argumento da catadora reproduz aquilo que o sistema determina: associar o nível de escolaridade à empregabilidade, e esse é o pensamento da sociedade em geral. Essa associação não se dá por acaso, visto que existe um investimento em ligar o nível de escolaridade à empregabilidade, de modo a associar o sistema educacional aos interesses econômicos naquilo que refere o exercício formal de trabalho. Essa lógica é replicada globalmente e reforçada pela incorporação de recomendações provenientes de agências internacionais. Cabe ressaltar que essa relação entre escolaridade e empregabilidade está instalada nas práticas sociais do cotidiano e se manifesta na constituição de um modo de pensar que se naturaliza. Dessa forma, fica justificado que este contingente de 78% dos catadores entrevistados que não concluiu o ensino fundamental esteja realizando o trabalho em condições precárias e em situação de informalidade.

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> Conforme nota 9.

Não se pode desconsiderar que Gravataí tem as piores taxas de alfabetização do Estado (IBGE, 2010) e um alto índice de industrialização, o que por sua vez reforça a grande concentração de pessoas não escolarizadas no trabalho informal. Percebe-se que o nível de escolaridade, tomado como índice de capacidade para o trabalho, inviabiliza a inserção no mercado formal de um contingente de pessoas com baixa escolarização, mas que detém capacidade intelectual e, por vezes, técnica. O contrário também acontece, visto que 11,3% dos entrevistados concluíram o ensino fundamental e médio sem com isso garantir um posto de trabalho no mercado formal.

Outro aspecto que contribui para a caracterização da população de catadores de materiais recicláveis diz respeito ao acesso dessa população aos direitos e benefícios sociais. Quase metade dos catadores entrevistados não acessa nenhum benefício social. A inclusão no Programa Bolsa Família (PBF), de transferência de renda atinge menos da metade dos entrevistados; outros recebem aposentadoria ou estão incluídos no Benefício de Prestação Continuada (BPC) e no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF). Esses programas são executados no âmbito da política de Assistência Social.

A observação do número de pessoas aptas a receber o BPC mostra uma grande discrepância em relação ao número declarado. Esse dado não permite fazer afirmações, mas pode levar a interpretações sobre os efeitos das exigências para a concessão do benefício. Nesse caso, a condição de trabalhador na coleta, que levaria o catador à perda do benefício, seria um impeditivo da afirmação da sua inserção no referido benefício.

A princípio pode parecer que esse dado é tomado no seu aspecto negativo, todavia, no quadro de referências a que se tem acesso, ou seja, considerando a dimensão de concessão dos benefícios pautada pela imposição do não exercício formal de trabalho, ele se torna positivo. Na realidade, torna-se natural, ao ser considerado como trabalhador da coleta de materiais recicláveis, que o entrevistado negue o recebimento do benefício. Um dado que reforça essa interpretação é o do baixo índice de contribuintes da previdência social, apenas 3% dos entrevistados. 9,3% se declaram aposentados em decorrência da contribuição com a previdência social durante a realização de outras ocupações. Durante as entrevistas, uma catadora cooperada revela suas dúvidas em relação a sua condição de contribuinte da previdência social: *Se tem algum benefício ser da cooperativa, eu não sei qual é. Acho que tem INSS, mas nunca vi os recibos*<sup>14</sup>.

---

<sup>14</sup> Conforme nota 9.

Cabe ressaltar que o acesso aos direitos e benefícios sociais é tema debatido em oficinas organizadas pelos e para os catadores, nas quais eles são orientados sobre seguridade social, especificamente sobre a previdência social, visto que os integrantes do MNCR/RS acompanham e participam da Mobilização pela Previdência Especial aos Catadores. Com a mobilização nacional, reivindicam a inclusão do catador como segurado especial, a contribuição de 2,3% da renda para o INSS, a aposentadoria aos catadores por tempo de serviço sem contribuição, a garantia de seguridade social para cerca de 800 mil trabalhadores que atuam na coleta e o fim dos impostos patronais para as cooperativas populares<sup>15</sup>.

Esses itens foram debatidos nas oficinas como soluções, propostas por meio de projeto de lei, para a garantia de benefícios aos catadores organizados em associações e cooperativas. Entretanto, observa-se a ausência de um debate sobre a constituição histórica do direito à previdência social, o que pode provocar uma lacuna na compreensão do seu acesso, dando a entender, muitas vezes, que este é limitado à decisão de aprovação ou não de uma lei; como se a inclusão dos trabalhadores no sistema previdenciário dependesse apenas da boa vontade dos governantes, ou, então, que a seguridade social se limitasse a si mesma, longe das condições impostas pelas políticas econômicas e pela conjuntura política.

Nesse contexto, “o trabalho é o elemento que determina a justaposição contraditória entre previdência e assistência social, o que em tese geraria uma cobertura para todos, inseridos e não inseridos na relação salarial” (BEHRING, 2008, p.154). Contudo, as transformações no mundo do trabalho repercutem em alterações na luta política do trabalho, provocando o predomínio da política de assistência social entre as demais políticas de seguridade social. Assim, de um lado os catadores reivindicam o direito à previdência social, campo das políticas de trabalho e, de outro, a políticas de trabalho e renda, campo das políticas de assistência social.

De modo geral, os dados apresentados demonstram a precariedade das condições em que vivem os catadores de materiais recicláveis. Essas condições demandam uma forma específica de inclusão social pelo trabalho, na qual os catadores priorizam suas reivindicações em relação às suas necessidades de moradia, acesso aos serviços de saúde, educação e assistência social. Essas necessidades são condicionadas pela própria criação de condições de trabalho. Todavia, as reivindicações das políticas de saneamento estão, em parte, limitadas, pois *garantir uma política de saneamento*, objetivo veiculado nos diversos eventos realizados por esses trabalhadores, muitas vezes, implica muito mais a busca da *integração* dos catadores

---

<sup>15</sup> Informações colhidas a partir das observações realizadas nas oficinas do programa CATAFORTE, realizadas durante o ano de 2010 em Gravataí/RS.

para a prestação de serviços na área da coleta seletiva do que o *acesso* aos serviços de saneamento básico nos espaços onde moram. Desse modo, essa reivindicação, muitas vezes, associa-se mais à possibilidade de constituição de espaço de trabalho, diante da expectativa de Pagamento por Serviços Ambientais Urbanos (PSAU)<sup>16</sup>. Com isso, não atingem as próprias condições de saneamento básico em que vivem. Ademais, mesmo que constem das pautas de reivindicação do segmento, essas condições não são efetivadas.

Para concluir a tematização sobre condições de vida dos catadores, ressalta-se que o acesso precário à habitação e a demais direitos tornam-se itens importantes para a mobilização social desse segmento de trabalhadores.

## **2 - Mecanismos de organização e de inserção dos catadores na coleta seletiva**

Em Gravataí, em 2009, foi celebrado *contrato* de prestação de serviços na área da coleta seletiva entre a Prefeitura Municipal e uma Cooperativa de Catadores. Este é o primeiro município do Estado do Rio Grande do Sul a realizar esse tipo de contrato. Esse contexto foi criado pela ação do coletivo de catadores e por meio da administração governamental, em nível local, a partir de negociações e representa um importante marco das articulações entre o poder público municipal e a organização de catadores, nos seus mais de dez anos de existência.

O ponto decisivo da movimentação em torno da formação da associação de catadores que levou ao estabelecimento do referido contrato foi o desmonte do lixão da cidade no ano de 2000. Ainda na década de 1990, Gravataí contava com um lixão que recebia resíduos sem nenhum tratamento e era comum que os catadores realizassem a coleta e a classificação de materiais recicláveis no local<sup>17</sup>. No ano de 2000, o lixão foi transformado em um aterro sanitário e, a partir de um consórcio entre Porto Alegre, Esteio, Cachoeirinha e Gravataí, ganhou uma estrutura de engenharia compatível com padrões ambientais consagrados internacionalmente. Conseqüentemente, em cumprimento às determinações dos organismos

---

<sup>16</sup> Uma investigação da possibilidade de pagamento por serviços ambientais urbanos, focados nos catadores de materiais recicláveis, indicou os benefícios potenciais da reciclagem para a sociedade brasileira, no caso de encaminhamento dos resíduos sólidos para a reciclagem, e não para os lixões e aterros (IPEA, 2010).

<sup>17</sup> Um diagnóstico realizado pela SMSU, em 1998, constatou a presença de 26 catadores no local, alguns vivendo e sustentando seus familiares há mais de três anos com a renda proveniente da catação realizada diretamente no lixão. À época, 30% dos catadores declararam uma renda superior a quatro salários mínimos e 15%, uma renda inferior a um salário mínimo. Apenas 20% dos entrevistados se mostraram interessados na organização de forma associativa dos catadores, como possibilidade de melhoria das condições de trabalho a que estavam expostos (PMG, 1998).

internacionais, também deixou de servir de lugar de coleta e seleção para os catadores de materiais recicláveis.

Foi assim que, ao lado do aterro sanitário, denominado Aterro Sanitário Santa Tecla, passaram a funcionar os dois galpões de triagem de materiais recicláveis. Um deles formado por catadores da vila Pontilhão e o outro, por *catadores do lixão*. Organizados na forma de associações, posteriormente à sua formação, foram agregados outros trabalhadores; alguns com experiência de coleta porta a porta; outros, oriundos do entorno, principalmente familiares dos sócios-fundadores.

As associações têm percursos distintos. Cada uma tem um galpão próprio e ambas recebem os materiais recicláveis coletados mecanicamente na cidade, por intermédio dos serviços de empresa privada<sup>18</sup>. Entretanto, uma das associações também recebe os materiais recicláveis coletados por meio das ações que correspondem à prestação de serviço de coleta seletiva no município. Nos galpões, os associados fazem a separação, a prensagem e a comercialização dos materiais recicláveis, o que envolve o pagamento dos catadores pelo material entregue nos galpões e a venda a indústria de reciclagem.

A associação que recebe os materiais também se diferencia por se constituir numa “minicentral de comercialização” (OLIVEIRA, 2010). Entre seus associados estão os representantes do MNCR no Estado, os quais têm forte articulação com o poder público municipal local, assim como com as entidades apoiadoras no âmbito da organização nacional e internacional. Esta associação assumiu o contrato de prestação de serviços com o poder público local. Em 2009, parte dos seus sócios formou uma cooperativa para facilitar o enquadramento em programas sociais e o recebimento de financiamentos para aquisição de bens, tais como imóveis, caminhões, entre outros. Esta é a primeira e única cooperativa de catadores do município. Sua composição varia entre 80 a 130 cooperados, responsáveis, a partir de então, pela realização da coleta seletiva em parte do território da cidade. Por ser desenvolvida por catadores e por utilizar, majoritariamente, carrinhos de tração humana e, também, de tração animal e elétrica, a coleta ganha o adjetivo de solidária e caracteriza-se como “coleta humanizada”, denominada também de “coleta porta a porta” (MNCR, 2010/b). Esses adjetivos, humanizada e solidária, remetem à organização dos catadores em contraposição às formas individualizadas e competitivas de coleta seletiva mecanizada.

---

<sup>18</sup> Trata-se da empresa JC Lopes, cujas atividades envolvem transporte de cargas e comércio de materiais de construção e serviços de limpeza pública e engenharia ambiental, especificamente limpeza urbana, coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, industriais e especiais.

É necessário remontar a história de organização dos catadores no município para entender a constituição deste grupo organizado, assim como suas especificidades, principalmente, no que diz respeito às reivindicações por melhores condições de vida e trabalho para o segmento, em consonância com os princípios, diretrizes e as pautas de reivindicações do MNCR: *Na verdade, a associação é anterior e foi discutida dentro do comitê de Resistência Popular da época. O Comitê era um instrumento de organização de base, que existiu até 2000 e que reunia moradores, estudantes e alguns sindicalistas; era uma atividade de articulação entre movimentos. A ideia era mobilizar e se mobilizava por água, luz, infra-estrutura, saneamento. Na realidade da Vila Pontilhão, onde foi construído o galpão, grande parte dos moradores era trabalhador da coleta. Nas discussões, o pessoal cobrava posições sobre o rompimento dos catadores com o ferro velho, como sair dessa relação e lutar por uma estrutura de trabalho digna. Daí surgiu essa ideia. A partir do modelo de Canoas, que já tinha uma associação de carroceiros, na época, pegamos o modelo de estatuto e discutimos com os catadores. Isso foi em 1995<sup>19</sup>.*

A organização dos catadores de Gravataí foi impulsionada por articulações com diversas instâncias de mobilização e organização popular e de trabalhadores. O ponto de partida foi o intercâmbio de experiências e documentos com um grupo de catadores de Canoas/RS, a partir de articulações prévias emergentes do espaço da Federação das Associações dos Recicladores do Rio Grande do Sul (FARGS) a qual teve importante papel na conformação do MNCR, como indica o depoimento: *No Estado do Rio Grande do Sul nós participávamos da FARGS. Nós coordenávamos, junto com Porto Alegre, Caxias, Uruguaiana, Erechim, Encruzilhada, Rio Grande, Pelotas, Santa Maria. Em 1998 a FARGS começa a correr o Brasil para fazer nascer o movimento de catadores. Em 1999 fizemos o encontro de papeleiros em Minas Gerais e, em 2001, depois de articular 15 ou 16 estados, o MNCR nasceu em Brasília, no I Congresso Nacional de Catadores. A FARGS foi a principal articuladora e foi a sessão RS do movimento nacional<sup>20</sup>.*

O emaranhado de relações entre grupos de catadores de diversas cidades do Estado do Rio Grande do Sul e de cidades de outros estados sinaliza a existência das iniciativas de organização do segmento nas diversas cidades de diferentes estados brasileiros na última década do século XX. Além disso, mostra o quanto os catadores do Estado estiveram articulados à organização nacional. Esse histórico de mobilização para a organização dos

---

<sup>19</sup> Catador, 30 anos, associado e cooperado, membro do MNCR, representante dos catadores brasileiros na rede latino-americana – REDLA.

<sup>20</sup> Idem.

catadores vai servir de base para a construção de relações e articulações com outros grupos e organizações sociais. A partir dessas articulações e mobilizações, os catadores vão adquirir os primeiros equipamentos para a realização do trabalho de catador. A partir de então, o trabalho passa a abranger, além da coleta porta a porta, realizada nas ruas da cidade, a prensagem ou enfardamento dos materiais, realizado nos entrepostos ou unidades de triagem: *Daí surgiu essa ideia de formar a associação. No começo se trabalhava com papelão e PET, os fardos eram amarrados. Não tinha máquina e, em 1998, foi feita uma luta; era período de privatização da CEE que virou RGE, para a vila ter acesso à luz e uma parte da vila, que eram os catadores organizados, fazer funcionar uma prensa, resultado da articulação do sindicato dos metalúrgicos da grande POA e o sindicato dos metalúrgicos da Bélgica. Foi feito um projeto para benefício dos catadores de Gravataí. A gente participava da luta de outros trabalhadores, sindicatos dos metalúrgicos, dos trabalhadores da água, dos professores, dos servidores de Gravataí*<sup>21</sup>.

O depoimento dá destaque ao histórico de lutas políticas e de reivindicações do grupo gestor da associação. As articulações políticas com movimentos populares, sindicatos e outras associações, além da própria articulação com catadores que utilizam carroças, denominados carroceiros, imprimiram uma dinâmica de organização do trabalho e dos trabalhadores pautada nas orientações do MNCR, cuja base abrange os princípios de autogestão, apoio mútuo, ação direta, independência de classe, solidariedade de classe e democracia direta (2010/a). Isso porque, como revela o depoimento, os períodos de surgimento da associação de catadores em Gravataí e de surgimento da organização nacional dos catadores são muito próximos, ou seja, a formação da primeira associação foi concomitante à formação do MNCR. Além disso, membros da associação compõem a representação dos catadores do Estado no MNCR, indicando que são esses os principais responsáveis de uma série de articulações em prol dos catadores de Gravataí.

Considerados esses aspectos históricos da constituição das iniciativas de organização dos catadores de Gravataí, cabe ressaltar que os objetivos das mobilizações e articulações, nas suas abrangências, visavam, a partir das formas associativas e cooperativas, à criação de um modelo de relações de trabalho oposto ao daquelas relações estabelecidas entre os catadores que trabalhavam individual e isoladamente e os atravessadores, também denominados ferros

---

<sup>21</sup> Idem.

velhos<sup>22</sup>: *É melhor o catador estar organizado do que vendendo para o ferro velho. A cooperativa tem as suas vantagens, não rouba, mas o ferro velho paga o que quer*<sup>23</sup>.

A conformação reivindicada pelos catadores pretende instaurar um novo modelo de relações no qual o catador deixa de vender os materiais recicláveis aos intermediários, considerados “patrões” e incentivadores da competição e do individualismo e passa a trabalhar em prol da associação ou cooperativa, visando à “luta pela autogestão do trabalho e pelo avanço no controle da cadeia produtiva de reciclagem” (MNCR, 2010/a, p.13).

Em Gravataí, desde o ano 2000, com a formação das associações, os catadores passaram a organizar as atividades com uma nova infraestrutura. Com os galpões e os equipamentos, vão se criar condições para o estabelecimento de relações muito distintas daquelas que se davam no lixão ou então com os atravessadores<sup>24</sup>. Quando as relações entre catadores e os atravessadores eram de troca direta dos materiais recicláveis, o catador tinha de coletar e classificar os materiais nas ruas e, posteriormente, remetê-los ao atravessador. A troca do material entre os catadores e os intermediários não se restringia a sua troca por dinheiro. Uma série muito grande de operações ocorria como a da troca dos materiais recicláveis por alimentos, equipamentos, aperfeiçoamento e manutenção dos equipamentos, favores e, por vezes, essas operações configuravam relações ardilosas, nas quais armações como, por exemplo, a da criação de uma dívida que jamais seria saudada, na medida em que sempre geraria uma nova obrigação. A organização nacional dos catadores reconhece a servidão como: *Uma modalidade do trabalho escravo nos dias de hoje, porque envolve, na maioria dos casos, a criação de dívidas falsas, envolve fraude, enganação e violência, violação de direitos trabalhistas e a retenção de documentos, tudo como forma de impedir que o trabalhador não se desligue do serviço* (MNCR, 2010, p.12).

A operação de coleta dos materiais recicláveis na rua implica, também, a separação entre o que pode ou não ser reciclado, mas, principalmente, a seleção do material com maior valor entre os próprios recicláveis. Assim, o catador que usa da própria energia para o transporte do material a ser trocado vai deixar para trás uma quantidade de resíduos resultante da própria seleção. Isso pode ocorrer nas calçadas, lixeiras e na própria rua, gerando grande antipatia entre os catadores e a comunidade em geral, que os acusa de sujar a cidade; essa

<sup>22</sup> Trata-se de intermediários, compradores de pequenas ou grades quantidades de materiais recicláveis. Em geral, a denominação “ferro velho” faz referência ao comprador de pequenas quantidades de material que, por vezes, pode usar o próprio domicílio como local de depósito de materiais recicláveis; ele também pode ser denominado “sucateiro”.

<sup>23</sup> Catadora, 30 anos, atua em unidade de triagem de materiais recicláveis e participa da associação ACMRX (ENTREVISTA, 6).

<sup>24</sup> Trata-se também de intermediários, compradores de quantidades significativas de materiais recicláveis. Também são denominados aparistas.



imagem é totalmente contrária àquela que o catador construiu de si mesmo e que pretende estabelecer com a sociedade: *Você liga a televisão e você vê: bueiro entupido. Derrubou tudo, caiu tudo. A maioria do problema é o lixo. E, se a gente não tivesse tomado essa atitude há vinte, trinta anos atrás, de estar catando, de estar conscientizando as pessoas, como estaria hoje?*<sup>25</sup>

É importante considerar que a mobilização dos catadores pretende que a organização do segmento, nas formas de associação e cooperativa, seja o modelo hegemônico. Para tanto, os catadores reivindicam ao poder público municipal a *contratação* da associação para a prestação de serviços de coleta seletiva urbana. Esta é realizada até então, exclusivamente, por contrato com empresas privadas que coletam e transportam o material diretamente até o aterro. Uma pequena parte do material recolhido por essas empresas, em determinados dias da semana, em que é colhido o material reciclável, é enviada às unidades de triagem.

Essa forma de coleta se caracteriza como “mecanizada”, visto que não envolve a separação e a classificação dos materiais e utiliza caminhões para o seu transporte. Conseqüentemente, os catadores ficam confinados ao trabalho de triagem dos materiais dentro dos galpões. Em vista disso, a mobilização para a organização dos catadores consiste praticamente em mudar esse modelo de coleta seletiva mecanizada para o de coleta seletiva solidária. Esta se baseia na coleta porta a porta, realizada por catadores, além de envolver outros procedimentos como separação, enfardamento, pesagem e comercialização dos materiais, entre outras atividades.

Observa-se, entre os grupos organizados nas duas associações, que, tanto o ingresso quanto o “desligamento” de catadores são situações frequentes e que produzem uma movimentação, principalmente, no desenvolvimento de atividades de coleta porta a porta, e essa movimentação, por sua vez, resulta num significativo número de associados novos. O pouco tempo de participação em grupos organizados justifica o grau de desinformação dos catadores em relação às condições sob as quais se dá a sua atuação na associação e, também, em relação às condições de contratação de prestação de serviços entre a associação e a Prefeitura Municipal. Todavia, em Gravataí/RS, as lideranças são as mesmas desde o início da organização. Quanto ao conhecimento da existência do contrato, alguns associados manifestam que: *Se pudesse [se houvesse o contrato] seria bom, seria ideal, pois teria mais material. O caminhão da empreiteira pega mais material que o catador. Os moradores dão*

---

<sup>25</sup> Idem nota 8.

*para o caminhão porque tem catador que rasga a sacola e despeja a merda do cachorro no chão para ficar com a sacola*<sup>26</sup>.

O desconhecimento da contratação por parte dos associados não impede o reconhecimento da sua importância para a organização. O depoimento da associada entrevistada alude ao conflito criado entre os catadores não associados e os moradores, que dão preferência à coleta mecanizada. Para os moradores, a coleta mecanizada livra as ruas dos dejetos deixados pelos catadores ao realizarem a seleção do material em função do aproveitamento dos itens com maior valor e do não acúmulo de carga que, afinal de contas, depende da força física do próprio catador para ser transportada. No entendimento dos catadores, a importância do seu trabalho na coleta porta a porta consiste no conhecimento “especializado” que eles têm para o reconhecimento dos materiais e na otimização da coleta destes para a reciclagem.

Como se pode constatar, mesmo entre os catadores associados, há aqueles que manifestam o desconhecimento em relação ao contrato de prestação de serviços, assim como dos direitos que podem ser acessados por conta do referido contrato; inclusive direitos que foram pauta de reivindicação da organização nacional como o da inclusão do catador no sistema previdenciário, por meio do pagamento do INSS.

Nota-se a necessidade de maior investimento por parte da associação ou da cooperativa na socialização de informações pertinentes às condições de trabalho dos associados. A manutenção do associado alheio às próprias condições de trabalho aproxima a associação ou a cooperativa das formas majoritárias de organização econômica e social, contra as quais elas justificam sua existência e suas lutas.

As condições para formar e consolidar os grupos de catadores organizados são dificultadas tanto pela localização das associações, o que por si só gera diversos problemas, principalmente o de locomoção, pois os galpões estão afastados 18 quilômetros da cidade, quanto pela ausência de infraestrutura. Esta os leva a selecionar os materiais coletados, durante dias ou semanas, em diferentes “pontos”, geralmente nos seus próprios domicílios.

A respeito dos equipamentos como as máquinas adquiridas para a realização do trabalho dentro do galpão, muitos trabalhadores preferem não usá-las. Como já se anunciou nessa pesquisa, a maioria são mulheres, que *preferem “fazer tudo no muque”*<sup>27</sup>.

---

<sup>26</sup> Idem nota 9.

<sup>27</sup> Este slogan é utilizado no cotidiano de trabalho, principalmente pelas mulheres quando indagadas a respeito do uso de equipamentos adequados ao transporte dos fardos que chegam a pesar 200 Kg e são arrastados com a força braçal desde o interior até o pátio dos galpões (RIBEIRO, 2011). Posteriormente, os fardos são carregados em caminhões para o transporte até os grandes intermediários ou as fábricas de reciclagem.

A organização do trabalho tem seus limites dados pela inexperiência em termos de trabalho organizado, conforme declaração dos catadores e pela precariedade de condições para a realização do trabalho. Essas características, no entanto, não afastam os catadores do trabalho de coleta. Ao se constituir na única possibilidade de renda para muitos trabalhadores, constitui-se também na captura às formas impostas pelas novas técnicas e formas organizacionais, presidida por longas jornadas de trabalho e pelo pagamento à base da produção (IAMAMOTO, 2006). Os depoimentos dos catadores indicam que o tempo dedicado à coleta excede o de oito horas diárias: *Às vezes a entrega de uma carga dura até doze horas. Geralmente são umas dez horas de trabalho. Quando tem entregas, são doze horas de trabalho*<sup>28</sup>.

A sujeição em relação às extensas jornadas de trabalho, sem vínculo trabalhista estável, com a anuência dos catadores, é movida pelas necessidades de subsistência, às vezes, pela expectativa de mudança de condição social e pela liberdade do que e como fazer. As declarações dos entrevistados reproduzem a ordem do trabalho sem horário, sem patrão, sem ritmo e as contradições engendradas por essas formas.

Neste contexto, uma diversidade de rumos e sentidos vai impor-se às práticas da associação contratada pelo poder público municipal para a prestação de serviços. O que mobiliza os trabalhadores são as necessidades, as situações de pobreza e de desocupação somadas aos valores e princípios da autogestão ou da gestão coletiva e democrática do trabalho de coleta organizado na condição de movimento social. Entretanto, a contratação da associação/cooperativa para a prestação de serviços para o município exige condições de competitividade no mercado e de lucro com as quais os trabalhadores precisarão se relacionar: *A cooperativa vende direto para a fábrica, e o material é mais separado. É muito difícil, mas ganha valor*<sup>29</sup>. Esclarece: *Se fosse só o sistema cooperativado, seria uma ferramenta insuficiente para trabalhadores independentes, autônomos, mas, organizados como movimento social, temos um diferencial. Se a cooperativa pensa em mais ganhos para os catadores, o movimento, então, quer esses ganhos para um grupo muito maior*<sup>30</sup>.

Pode-se entender, a partir desses depoimentos, que a cooperativa, como movimento social, diferencia-se das demais organizações, neste caso específico, da própria associação de

<sup>28</sup> Catador, 25 anos, associado e cooperativado. Atua na coordenação de atividades da cooperativa. Participa de atividades de mobilização e de organização dos catadores em Gravataí e demais cidades do Estado.

<sup>29</sup> Catadora, 30 anos, compõe o conselho de administração da cooperativa; atua na unidade de triagem dos materiais recicláveis; não realiza coleta porta a porta.

<sup>30</sup> Catador, 38 anos. Iniciou na coleta porta a porta há um ano. Atua no centro da cidade onde consegue grande quantidade e boa qualidade dos materiais recicláveis .

catadores localizada ao seu lado, na medida em que garante, através de maior quantidade e qualidade, agregar valor aos materiais comercializados diretamente com as fábricas. Todavia, sua lógica organizacional, seu ritmo produtivo e custos, em parte, tendem a ser comandados pelo mercado. Ao mesmo tempo, como no caso da associação que não está vinculada diretamente ao MNCR/RS, sua margem de autonomia também se torna pequena e limitada pela inviabilidade do empreendimento, o qual não tem condições de concorrência.

Todavia, mesmo para os catadores que já alcançaram um maior nível de organização e já formalizaram um contrato de prestação de serviços para a coleta seletiva em Gravataí, as dificuldades e tensões entre o trabalho de coleta, o poder público e a sociedade em geral ainda estão presentes e são reconhecidas pelos catadores. Na realidade, os modos de organização e inserção desses trabalhadores são atravessados por relações contraditórias. Os depoimentos revelam as tensões entre os diferentes interesses e os diversos sujeitos envolvidos nos processos de organização em torno da coleta de materiais recicláveis. Essa compreensão leva a uma apreensão da própria realidade e impulsiona a organização desses trabalhadores.

### **3 - Tecnologias para a coleta de materiais recicláveis**

Os catadores estão nas ruas. Qualquer passeio por uma cidade de médio ou grande porte conta com a visão de alguém catando materiais recicláveis. É fácil reconhecer quem está iniciando na coleta, pois carrega sacolas com toda sorte de materiais e tem pouco jeito mantê-los sobre os ombros. Um catador experiente tem uma série de habilidades, desde o uso de carrinho até a seleção rigorosa do que vale a pena coletar, além da acomodação adequada, o que faz com que possa transportar grandes quantidades de materiais. Tanta engenharia pode levar o catador, inclusive, a transformar um carrinho em moradia, destinando espaços distintos para ajeitar os materiais recicláveis coletados, assim como colchões, roupas e outros pertences particulares de quem vive nas ruas.

De fato, o trabalho de coleta de materiais recicláveis envolve um número considerável de equipamentos e procedimentos produzidos ou acessados pelos catadores, conhecimentos que devem ser usados diretamente na realização da atividade de coleta. É uma questão de tempo, de trabalho, de observação, de desenvolvimento e de aperfeiçoamento constantes. Tornar-se um catador envolve, além da força física disponível para o trabalho, o bom aproveitamento dessa mesma força para adaptação do corpo aos equipamentos e ao

conhecimento dos materiais. É necessário reconhecer plásticos, papéis, metais, entre outros materiais, visto que estes apresentam valores diferentes e grande flutuação no mercado<sup>31</sup>.

Junto a isso se soma o fato de que o material reciclável que é posto nas ruas pelos moradores exige a coleta de uma quantidade que excede a capacidade de transporte nos carrinhos de tração humana ou elétricos. Além disso, a qualidade do material não é garantida em vista da seleção ser realizada por muitas pessoas que desconhecem o que pode ou não ser reciclado. Assim, transportar todo o material classificado pelos moradores como reciclável, com o uso de energia física própria ou elétrica por longas distâncias, revela o *contrato* de prestação de serviços como uma *faca de dois gumes*. De um lado, uma conquista de espaço que afirma o catador como trabalhador da coleta seletiva, de outro, daquele que suja as ruas ao abrir as sacolas, retirando delas o que lhe interessa e deixando o restante ao relento. De um lado, uma conquista política; de outro, a produção da imagem contrária a que se gostaria de produzir.

Nesse conflito, fica evidente a parte da atividade dos catadores que foi relegada à invisibilidade tanto pelas políticas de inserção social e econômica, com pretensões ambientalistas, quanto pelas reivindicações e conquistas dos próprios catadores, qual seja: a parte da seleção dos materiais recicláveis. Com a extinção dos lixões, que constituíam em um local de seleção por excelência, o esforço de congregar os catadores se concentrou nas unidades de triagem, associações ou cooperativas destinadas à classificação e pesagem da produção. Na verdade, ao que tudo indica, a classificação que ocorre nesses locais é posterior a uma seleção que pode ocorrer diretamente nas ruas ou nos domicílios dos catadores, quando estes elegem o que tem valor e que é possível transportar.

Sendo assim, as unidades de triagem ou galpões recebem apenas os materiais que serão classificados, pesados e comercializados, cuja seleção já foi realizada; o transporte, desde os domicílios dos catadores até os galpões, é realizado com caminhões da associação<sup>32</sup>. A estrutura dos galpões não comporta a seleção de todo o material reciclável posto nas ruas, tampouco o número de trabalhadores que seria exigido para o trabalho de seleção. Em outros termos, os catadores não têm como coletar tudo o que é disponibilizado pela população sem

---

<sup>31</sup> Em 2008, diante da crise financeira internacional, os catadores brasileiros realizaram diversas mobilizações, questionando a queda nos preços dos materiais recicláveis, classificados como mercadorias primárias cujos preços são negociados em vários países. Na ocasião, os catadores questionaram a tendência do mercado em diminuir custos e diminuir a produção dos recicláveis, dando preferência para a utilização de matérias-primas virgens em vez de recicladas (IPEA, 2009).

<sup>32</sup> Cabe ressaltar que o material que chega ao galpão nessas condições é aquele coletado nas ruas pelos catadores associados, entretanto, também chegam os materiais oriundos da coleta mecanizada, realizada pela empresa privada que ainda mantém contrato com a Prefeitura Municipal. Este material, no entanto, vem direto da separação feita pelos moradores nas suas residências e é transportado por caminhões da empresa.

antes fazerem uma seleção, assim como a unidade de triagem não tem infraestrutura para comportar todo o material, tanto pela quantidade quanto pela qualidade. Cabe destacar que a seleção, quando feita pelos moradores, inclui, entre os recicláveis, restos de alimentos, dejetos de animais, até fetos e órgãos humanos<sup>33</sup>. Essas situações geram muitas dificuldades na realização da coleta seletiva solidária, idealizada como a solução de inserção dos catadores.

Nesse sentido, a realidade vivenciada pelos catadores de Gravataí mostra que seu trabalho é dinâmico e, no seu percurso, experimenta transformações. Assim, as novas formas de domínio da ocupação evidenciam a utilização de tecnologias produzidas pelos próprios catadores e a utilização de tecnologias que incidem sobre esses trabalhadores. Demarca-se, nesses processos, a inserção de novos produtos e de novos modos de fazer a coleta, incluindo seus instrumentos e suas metodologias, seja para o trabalho realizado dentro dos galpões, seja para aquele realizado nas ruas.

Todavia, a presença dos catadores e a organização em torno da coleta impõem formas e diretrizes ao trabalho, mas nem sempre esses trabalhadores conseguem trabalhar de acordo com o que é estabelecido. Neste caso, a tentativa dos diversos sujeitos envolvidos com a organização dessa ocupação é a de adequar as tecnologias não só às finalidades econômicas, mas também às sociais e às ambientais. Essa conjunção é requisitada, principalmente, pelo fato de o segmento ser composto por pessoas pobres, sem formação escolar, cujo trabalho executado, apesar de incômodo aos olhos da sociedade, contribui para a subsistência de muitas famílias e para a diminuição da poluição.

A questão a ser ressaltada é que esses trabalhadores utilizam a própria energia física para conduzir o carrinho que transporta o material reciclável coletado nas ruas. Essa dimensão tecnológica do trabalho, entretanto, é subtraída das discussões e políticas dirigidas ao segmento. Ao mesmo tempo, sobressai-se, nas referidas discussões e políticas implementadas, uma dimensão tecnológica voltada à formação desses trabalhadores como ponto central de organização em torno da coleta de materiais recicláveis. Essa dimensão é reivindicada e conduzida, levando em consideração critérios de participação democrática no processo de trabalho, bem como capacidade de autogestão, cujo “método fundamental é a cooperação” (MNCR, 2010b, p.12).

Entretanto, uma breve incursão no que diz respeito à construção dos equipamentos e a sua utilização para o transporte dos materiais coletados mostra as condições sob as quais se

---

<sup>33</sup> Durante conversas com as catadoras de uma das associações, foram narradas diversas situações nas quais essas trabalhadoras foram surpreendidas ao abrirem as sacolas de resíduos classificados pelos moradores como recicláveis. Mas o que mais surpreendeu, segundo relatos, foi encontrar um feto e um dedo humanos.

dá o trabalho de coleta. Muitas vezes, a carga dos *carrinhos de tração humana* resulta de um dia todo de trabalho e ultrapassa o peso de 250 quilos. O carrinho é um instrumento construído, na maioria das vezes, pelos catadores, os quais no início das atividades, na segunda metade do século passado, utilizavam sacos para carregar nas costas os materiais coletados. O saco ainda é um recurso bastante utilizado e, apesar de comportar uma quantidade muito pequena de material, é acessível. Esse recurso, como se pode constatar, marcou o início da utilização de equipamentos para a realização da coleta; posteriormente os catadores passaram para o carrinho de tração humana e alguns já acessam o carrinho elétrico, além da utilização de outros equipamentos como luvas e uniformes: *Comecei a catar com um saco; depois, com o carrinho. Não uso luvas porque são fedorentas. Às vezes, uso uma camiseta e um colete. Consegui o carrinho com o pessoal do movimento. Forrei com tela para não perder o material*<sup>34</sup>.

O carrinho se tornou o instrumento oficial de coleta, pois comporta uma quantidade maior de material e pode ser adquirido por parte da população de catadores. Esse instrumento, entretanto, vai ganhar formas de acordo com os sujeitos que o utilizam: crianças, mulheres, homens. Observa-se que, quando pertence àqueles catadores que atuam isolados, o carrinho tende a ser bastante rudimentar e que, quando pertence às associações e cooperativas, tende a ser mais elaborado, pode, inclusive, substituir o uso de energia humana por energia elétrica.

Cabe, neste ponto da reflexão, fazer referência ao movimento de retirada dos catadores dos lixões, uma vez que está relacionado à construção dos equipamentos de coleta. Um catador pode ser descendente de uma família de catadores e ter herdado princípios tecnológicos de transporte e seleção dos materiais que coleta. Pode também ter se beneficiado de um coletivo de catadores reunidos em uma associação ou cooperativa. Todavia, não se pode desconsiderar que a organização da atividade de coleta é muito recente e que tem como motor, primeiro, a interceptação do material reciclável que fazia o lucro dos grupos de pessoas concentradas nos lixões, cuja atividade principal era a de coletar *in loco* os materiais recicláveis, ou melhor, era a de selecionar materiais que ali eram depositados. Porém, o transporte, que também poderia ser feito com carrinhos, era uma ação secundária. Geralmente, os intermediários, com uso de caminhões, encarregavam-se de apanhar o material em locais próximos aos lixões.

Com a proibição da permanência das pessoas nos lixões e com o surgimento da possibilidade de geração de renda proveniente dessa atividade, outro ramo se expandiu nesse

---

<sup>34</sup> Idem nota 9.

mercado: o da coleta direta na rua. É certo que a catação já vinha sendo feita principalmente pelos moradores de rua (BORTOLI, 2009). Entretanto, é com a retirada dos catadores dos lixões que o número de catadores, coletando materiais recicláveis nas ruas, vai se expandir. Tirá-los do lixão foi uma solução que veio não só dos poderes públicos municipais, mas também do cruzamento de reivindicações dos grupos organizados de catadores que lutam por melhores condições de trabalho e de políticas de direitos humanos. Estas consideram a vida de comunidades sobre os lixões uma agressão aos direitos de vida com dignidade.

O resultado disso foi uma movimentação de alcance planetário para o fechamento dos lixões e a transformação deles em aterros sanitários e, ao mesmo tempo, o aumento da população de catadores realizando a coleta diretamente nas ruas, com os carrinhos de tração humana. O fechamento dos lixões marcou uma revolução silenciosa na vida dos que viviam da seleção dos materiais recicláveis encontrados no lixo. Foi o momento em que os catadores de rua assumiram a frente e tornaram-se símbolo humano da reciclagem e defesa ambiental.

Esse processo é bastante visível em Gravataí. Quem está à frente da organização do segmento de trabalhadores na cidade são os catadores da associação, que comporta catadores que sempre estiveram nas ruas. Aparece, assim, uma questão-chave para a discussão que se propõe nessa pesquisa: os modos de organização dos catadores de materiais recicláveis confrontados com a produção de equipamentos e o estabelecimento de relações acerca do saber fazer da coleta. Nesse confronto, revela- o processo de trabalho da coleta seletiva e as relações estabelecidas entre os sujeitos envolvidos.

As pessoas que catavam sobre o lixão eram chamadas de catadores, embora sua principal atividade fosse a de seleção de materiais, visto que estes se encontravam misturados aos não recicláveis. Por sua vez, para as pessoas que catavam materiais recicláveis nas ruas, também se utilizava essa denominação, embora outra atividade tomasse destaque: a do transporte dos materiais selecionados. E foi essa atividade de coleta, seleção e transporte de materiais nas ruas que passou a exigir que esses trabalhadores percorressem grandes distâncias, associando a coleta a um imenso circuito de vias urbanas a serem percorridas.

O catador não pode mais ser dissociado do meio de transporte da carga de materiais recicláveis selecionados diretamente nas lixeiras: o carrinho. Não chama tanto a atenção a imagem chocante de alguém revolvendo o lixo, e sim a de alguém empurrando um carrinho com várias vezes o seu peso, repleto dos tão celebrados materiais recicláveis.

Uma nova e incomparável disposição de energia física passou a ser necessária para que os materiais recicláveis encontrassem seu destino atravessando a barreira física dos portões das indústrias de reciclagem. Essa imensa exigência de energia física, derivada



exclusivamente do corpo dos catadores, tem passado despercebida tanto pelas forças globais, movidas pelos *slogans* de melhoria de qualidade de vida e de ampliação dos direitos humanos, quanto pelas reivindicações dos grupos organizados de catadores, na forma de movimento social por trabalho. Entretanto, essa situação afeta diretamente a vida desses trabalhadores na transição da figura do catador/selecionador dos lixões para a figura do catador/selecionador/transportador de materiais recicláveis nas ruas das cidades.

Em Gravataí, a mediação com os moradores, comerciantes e outras pessoas da comunidade é feita pelos próprios catadores. Para tanto, nos espaços das organizações, planejam roteiros, campanhas de sensibilização para a comunidade em geral e outros recursos que garantam o acesso aos materiais recicláveis. Os catadores organizados também recebem orientações e assessorias de organizações governamentais e não governamentais a respeito de como se relacionar com a comunidade para aumentar a produtividade a partir da eficiência dos serviços (MNCR, 2006). Essas assessorias também estão voltadas ao melhoramento e ao aperfeiçoamento dos equipamentos utilizados na coleta de materiais recicláveis. No caso dos carrinhos elétricos, utilizados em Gravataí, um catador é orientado para realizar a manutenção, a qual exige conhecimento de mecânica e de elétrica<sup>35</sup>.

Nesse sentido, o aperfeiçoamento dos equipamentos de coleta exige também o aperfeiçoamento dos modos de fazer a coleta. Na medida em que novos equipamentos vão sendo inseridos nos processos de coleta, novas relações vão sendo estabelecidas entre os catadores. Quando o catador realizava a coleta de modo isolado e vendia os materiais diretamente aos intermediários, geralmente pequenos sucateiros os quais, muitas vezes, realizavam esse comércio nas próprias residências, a utilização de sacos e carrinhos de feitos rudimentares atendia às necessidades de equipamentos para a realização do trabalho de coleta, assim como ao estabelecimento de relações de troca direta dos materiais com os intermediários. Todavia, quando a demanda pelos materiais recicláveis cresceu e os instrumentos foram sendo aperfeiçoados, as relações ultrapassaram o espaço local de trocas. Essas relações passaram a acontecer por meio das associações e cooperativas. Esses novos formatos exigiram dos trabalhadores o estabelecimento de relações diferenciadas das feitas anteriormente. Neste caso, a troca dos materiais recicláveis, realizada diretamente entre catador e intermediário, passou a ser feita com as associações e/ou cooperativas. Essas formas e relações instituídas se mostraram como novidades para os catadores. Para eles, os

---

<sup>35</sup> A orientação é feita por técnicos da ITAIPU, empresa fornecedora dos carrinhos para o MNCR, através do repasse da propriedade intelectual da invenção .

conhecimentos acerca dos funcionamentos das formas e das relações que engendraram constituíram novas exigências para a realização do trabalho de coleta.

A formação ou a capacitação tornaram-se, então, ferramentas capazes de integrar os catadores em circuitos políticos, econômicos e sociais. Desse modo, as tecnologias se voltaram para a parte formativa dos trabalhadores. Esta, apoiada nas reduzidas experiências de trabalho e de participação social dos catadores, culminou com a criação de cursos de formação, voltados à aprendizagem do saber fazer a coleta de materiais recicláveis, produzindo sentido para a vivência do trabalho cooperado.

É importante destacar que as manifestações de interesse em formação e capacitação na área da coleta seletiva, de certa forma, estão associadas às expectativas dos grupos organizados, principalmente pela possibilidade de retorno da atividade, visto que proporciona “garantia de sobrevivência” e “benefício ambiental” (MNCR, 2010b, p. 8). Também estão vinculadas às exigências postas à ocupação, pois, para esta se consolidar e se expandir, precisa atender a uma série de requisitos e, assim, levar os catadores a transformarem lixo em mercadoria.

Foi a partir dessa realidade que os catadores criaram espaços de formação para conhecer o ciclo produtivo dos materiais. As formações são guiadas por cartilhas com instruções sobre as etapas do processo produtivo dos materiais recicláveis e noções de associativismo e cooperativismo com base na autogestão. As etapas do trabalho de coleta envolvem a campanha de rua para a coleta seletiva solidária e a sensibilização da comunidade, o cadastro dos moradores e dos comércios que estão dispostos a participar da coleta; a triagem dos materiais, os critérios e as regras de separação de acordo com os tipos dos materiais, mas também com os interesses das empresas e dos produtos com maior valor de mercado; a amarração dos sacos com identificação dos produtos e o descarte dos rejeitos para evitar o acúmulo nos espaços de estoque. As orientações sobre o empreendimento associativo e cooperativo contemplam a criação de canais de participação democrática, as funções e as atividades dos conselheiros e diretores, a construção de estatutos, as bases de acordo, a gestão administrativa e a autogestão (MNCR, 2010b). Ainda que esses princípios tenham pertinência, quanto a imprimir valores e critérios éticos para as condutas dos trabalhadores (MNCR, 2010b), eles estão dissociados das condições estruturais do trabalho coletivo e, conseqüentemente, enfraquecem o debate acerca da percepção do trabalho, reduzindo-o a uma dimensão voluntarista, como se sua realização dependesse apenas da vontade do trabalhador.

No contexto de Gravataí, as lideranças contam com um histórico de participação em outras ações de organização social e popular, de articulação com outros grupos e movimentos,

porém, em seu conjunto, esses trabalhadores não tiveram essas experiências. Os dados da pesquisa revelam que 74,7% dos entrevistados não participaram de formação ou capacitação, inclusive de reuniões ou de qualquer outra atividade; somente 25,3% participaram de formações sobre a organização do segmento de catadores na cidade.

Nas diretrizes e nos princípios tecnológicos, empregados na construção de modos de fazer a coleta, destacam-se as ações de formação e capacitação realizadas em Gravataí, com vistas à geração de trabalho e renda, mas também como aspiração a uma nova ordem social. Com mais precisão, pode-se dizer que as relações entre os próprios catadores, deles com a cidade, com o poder público e com a paisagem empresarial em torno da atividade que exercem informam sobre as tecnologias vinculadas ao trabalho que desenvolvem e as formas de sociabilidade forjadas nas suas experiências.

### **Considerações finais**

As atividades de catadores de materiais recicláveis têm se configurado como alternativas de trabalho e estratégia de sobrevivência e, portanto, se movem no interior do possível estabelecido pelas limitações da exclusão social. Deste modo, pode-se dizer que a busca pela transformação social e a perspectiva que essa inserção propõe é polêmica, pois a inclusão fornecida por essas atividades pode ocorrer na esfera econômica, mas não necessariamente na social.

Nesse contexto, pode-se considerar que os dados da pesquisa mostram que essas alternativas de geração de trabalho e renda se apresentam como uma forma de *inclusão precária* aos excluídos do mercado formal de trabalho. Tal constatação significa que, do ponto de vista econômico e social, essas alternativas possibilitam respostas emergenciais e paliativas de sobrevivência e de subsistência, ou seja, nem mesmo permitem a satisfação das necessidades básicas desses trabalhadores e estão muito longe de ser uma possibilidade de prover vida com mais qualidade, com acesso à renda e aos demais direitos sociais.

Assim, mesmo que a inserção relacionada à renda seja minimamente superior à que os trabalhadores dispunham antes, ou que ofereça melhores condições de alimentação e permita algumas realizações de consumo, essa inserção produtiva oferece poucas possibilidades de inclusão social. Nesse sentido, não se está considerando apenas as condições e as possibilidades de geração de renda, pois a catação de materiais recicláveis não pode ser vista somente como um movimento econômico, até mesmo porque a privação a que esses trabalhadores estão submetidos não compreende apenas a dimensão econômica, mesmo que,

se considere a renda uma condição fundamental e necessária para a garantia da subsistência e, mais do que isso, uma das principais causas que levam os indivíduos a buscarem formas de alcançá-la, através do estabelecimento dessas experiências.

Nessa direção, os indivíduos que participam dessas experiências passam a estar efetivamente inseridos nessas atividades, entretanto, essa concepção de inserção não pode ser entendida como o acesso às instâncias que possibilitam a efetiva inclusão social, pois o fato de estarem inseridos num grupo, numa comunidade, numa instituição ou organização, não garante a inclusão social. O que pode ser percebido no estudo feito em Gravataí, pois no quesito gestão solidária que representaria uma das formas de inclusão social, detectou-se uma divergência entre a concepção teórica e a prática de gestão. Ou seja, tem-se apenas uma precária inserção econômica, pois as decisões sobre as diretrizes de gestão do empreendimento são tomadas por um reduzido grupo em detrimento do conjunto dos associados.

Para mudar esse cenário, seria necessário o fomento e a viabilização financeira adequada ao tamanho e à necessidade e/ou à expectativa das experiências; a capacitação e a assessoria aos empreendimentos; bem como o ensino prático de gestão, que acompanhasse todo o processo de produção, circulação, comercialização e distribuição dos resultados. Assim, reconhece-se a necessidade de articulação entre as políticas de trabalho, assistência social, saúde, habitação e segurança, para a melhoria tanto das condições de manutenção dos empreendimentos como das condições de vida dos indivíduos.

Nesse sentido, considera-se que somente com a articulação de políticas públicas integradas e o fortalecimento das específicas, em todos os níveis de governo, que envolvam as esferas social e econômica, tornar-se-á possível a busca pela garantia de melhores condições de vida e de trabalho aos indivíduos, assim como de superação dos limites apresentados atualmente pelos processos de organização em torno das atividades de coleta. Por fim, é preciso compreender o importante papel que este tipo de atividade tem para o meio ambiente e fundamental instrumento para políticas de desenvolvimento sustentável.

## **Referencias**

BEHRING, E. R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos.** São Paulo. Cortez, 2003.

BORTOLI, Mari Aparecida. Catadores de materiais recicláveis: a construção de novos sujeitos políticos. **Rev. Katálysis**, v.12, n.1, p. 105-114, 2009.

MOTA, A. E. Entre a rua e a fábrica: reciclagem e trabalho precário. **Temporalis**, ABEPSS, Brasília, ano 3, n. 6, 2002.

\_\_\_\_\_; AMARAL, A. S. Estruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: \_\_\_\_\_. (org.) **A nova fábrica de consensos**: ensaio sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas do serviço social. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010a.

MNCR. MOVIMENTO NACIONAL DE CATADORES DE MATERIAS RECICLÁVEIS. **Cartilha Nacional de formação Política das Bases do MNCR**. 2010b.

OLIVEIRA, C. B. **A questão social da reciclagem**: um estudo sobre reflexividade, e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010.

REIS, C. N. Inclusão social: uma proposta de integração articulada de políticas sociais públicas. Revista Virtual **Textos & Contextos**, n. 4, dez. de 2005

RIBEIRO, I. M. **Agüentando o tranco: etnografia com catadores de materiais recicláveis**. Porto Alegre: UFRGS, 2010. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional), Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.